



Ata da Reunião Ordinária do dia 19 de Agosto de 2010

1 Aos dezenove dias do mês de agosto de 2010, iniciou-se às 14h15min a Reunião Ordinária do Conselho  
2 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Presidente Silmeri primeiramente saudou os  
3 presentes conduzindo em seguida a reunião. A reunião contou com a presença dos Conselheiros e demais  
4 integrantes da sociedade, conforme se segue: **Os conselheiros titulares:** Marcelle Diório de Souza;  
5 Cirlene Maria Ferreira Fonseca; Silvana Aleixo; Dorival Aparecido de Santana; Ângela Maria Gruener Lima;  
6 Mara Regina Safadi Maricato; Silmeri Patrícia Rossi; Ana Cláudia Vieira Martins; Antonio Irineu  
7 Barrinuevo. **Compareceram os conselheiros suplentes:** Nilcéia Vertuan; Carlos Alberto Wessler; Cristina  
8 Maria Bastos Vezozzo. **Justificaram ausência:** Janaína Lopes de Melo; Jaqueline Marçal Micali; Wilma  
9 Ribeiro. **Registraram presença:** Laila e Édina de Paula do ministério público; Tércia I. Azevedo Oliveira do  
10 NUSELON; Leoni Alves Garcia, Elizeu Euclides Carvalho e Fernanda Oliveira, conselheiros tutelares; Maria  
11 Bugida S. de Souza da Pastoral da Criança e Domingas Binotti da Casa do Caminho. A Presidente passa a  
12 leitura da pauta: **1) Leitura e Aprovação da Pauta; 2) Recomposição da Comissão de Transição da  
13 Qualificação Profissional; 3) Composição da Comissão de Transição do Serviço de Convivência  
14 Socioeducativa para Educação; 4) Informe do CMAS pela Sra. Tércia Lamônica Azevedo Oliveira; 5)  
15 Justificativa da Conselheira Silvana; 6) Deliberação sobre a Comissão de Eleição do Conselho Tutelar; 7)  
16 Fórum Permanente de Educação; 8) Relato das Comissões; 9) Informes.** A aprovação da ata de 05 de  
17 agosto sofreu ressalvas feitas pela conselheira Ângela e pelo conselheiro Dorival que pontuaram suas  
18 alterações que serão ajustadas conforme orientações e considerar-se-á aprovada. Os conselheiros  
19 presentes aprovaram a ata após as devidas alterações, havendo uma abstenção da conselheira Silvana.  
20 Passa-se ao ponto de pauta da **Recomposição da Comissão de Transição da Qualificação Profissional** a  
21 presidente Silmeri pontuou a importância da recomposição e atuação prevista para essa comissão, que  
22 terá a função de estudar onde será alocado o recurso de qualificação profissional que atualmente está  
23 vinculada à PMAS e garantido até dezembro de 2010. Em 2011, é preciso a partir da compreensão dos  
24 envolvidos, definirem no processo em qual política fica mais adequando o financiamento dessa ação. A  
25 presidente Silmeri pontuou que no seu entendimento e também de outros profissionais que atuam nesse  
26 segmento, que hoje a qualificação profissional está atrelada a um processo de superação das  
27 vulnerabilidades. Retomou ainda, que a comissão já existia e era composta por representantes dos  
28 segmentos: SINE e SINCOLON, neste momento a conselheira Cirlene interrompe no sentido de questionar  
29 se este sindicato é importante no momento da discussão voltada a recurso/financiamento, os presentes  
30 ponderaram que não, bem como os representantes dos segmentos SENAC; SINDECOLON; CIEE; SENAI;  
31 PROVOPAR; UEL, UTFPR, UNOPAR, PUC, PITÁGORAS, UNIFIL, ISBL; SEST/SENAT; ACIL; Sociedade Rural,  
32 CONJUVE, os quais foram retirados da composição da comissão. Permaneceu na comissão o CMEL, as



Ata da Reunião Ordinária do dia 19 de Agosto de 2010

33 entidades de curso sócio profissionalizante GUARDAM MIRIM, EPESMEL, NÚCLEO IRMÃ SHEILA e  
34 CESOMAR; o Ministério do Trabalho; o Núcleo Regional do Trabalho; a SETP; a SME; a SMAS; SECJ;  
35 Procuradoria Regional do Trabalho e foram incluídos representantes do CMDCA, CMAS e Conselho do  
36 Trabalho. **DELIBERAÇÃO:** Que essa comissão de transição seja transformada em comissão municipal  
37 sendo sancionada pelo prefeito sua instituição no município. O CMDCA atrás da secretaria administrativa  
38 fará contato com todos os órgãos citados e a presidente Silmeri se colocou à disposição para ser  
39 representante da comissão obtendo unanimemente a aprovação da plenária. Passou-se para o próximo  
40 ponto: **Composição da Comissão de Transição do Serviço de Convivência Socioeducativa para Educação.**  
41 A presidente pondera que a comissão de convivência já trabalha há muito tempo na discussão das  
42 diretrizes da convivência socioeducativa, e que precisa ser ampliada apenas para o processo de transição.  
43 A conselheira Cirlene manifesta que entende que transição é um pressuposto e de fato está se discutindo  
44 a relação estabelecida com a convivência socioeducativa a partir da educação integral no município.  
45 Tércia propõe uma vez que a comissão do serviço de convivência socioeducativa já existe, o CMDCA  
46 apresente à comissão o que é necessário trabalhar na relação do serviço de convivência socioeducativa  
47 em educação integral, o conselheiro Sergio pondera que é preciso ter bastante clareza, pensando no que  
48 é melhor para a política de atenção às crianças e adolescentes inseridos nessa modalidade de  
49 atendimento; a conselheira Cirlene retoma que o CMDCA deve deliberar indicando através de resolução  
50 devendo constar as 14 entidades já participantes: CASA DO CAMINHO; MEPROVI PEQUENINOS;  
51 PROVOPAR; CESOMAR; EPESMEL; CIDAC; PESTALOZZI; SOLIDARIEDADE E SEMPRE; SOMA; CEI BOA  
52 ESPERANÇA; CEPAS; GUARDA MIRIM; AME; ABAC; SMAS e que sejam incluídas a SME, NÚCLEO REGIONAL  
53 DE EDUCAÇÃO, CONSELHO TUTELAR, CMEL, REPRESENTANTE DO FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO  
54 e MINISTÉRIO PÚBLICO. A plenária questionou a comissão de acompanhamento da educação integral,  
55 entendendo que isso possa ser uma duplicidade de comissão, a presidente Silmeri defendeu que há  
56 particularidades distintas nas duas comissões e defendeu a manutenção das duas. Houve a sugestão de  
57 que a conselheira Silvana faça a mediação para uma retomada dessa comissão de acompanhamento da  
58 educação integral, mas foi lembrado pelas conselheiras Ângela e Cirlene que já houve o indicativo do  
59 nome do membro da educação destinado a esta comissão, cabendo ao CMDCA a retomada dos  
60 encontros, ficando acordado que a mesa diretora irá orientar a representante e coordenadora dessa  
61 comissão, conselheira Janaina para a retomada urgente das reuniões. Ficou decidido em plenária que a  
62 resolução a ser emitida por este conselho, além de constar os órgãos participantes trará a ampliação dos  
63 objetivos dessa comissão de convivência socioeducativa, constando necessidade de prazo para o parecer  
64 acerca do tema, ficou definido por unanimidade que o conselheiro Sérgio será o representante do



Ata da Reunião Ordinária do dia 19 de Agosto de 2010

65 CMDCA nessa comissão. No ponto de pauta **Informe**, a Sra. Tércia trouxe a informação de que participou  
66 da reunião do CMAS na qual surgiu a discussão acerca dos critérios de partilha dos recursos 2011 e que o  
67 CMAS deliberou que as alterações de repasses para os CREAS precisam ainda ser melhores entendidas. O  
68 recurso para o serviço que executa medida socioeducativa será alterado para R\$ 13.200,00 para  
69 realização de 06 grupos de 40 adolescentes. (PFMC III). Os valores para PAEFI serão alterados para R\$  
70 13.000,00 para cada CREAS, totalizando R\$ 39.000,00. Considerando que, ainda não há uma  
71 compreensão profunda sobre as novas ações que envolvem a ampliação do recurso, continuarão sendo  
72 repassados os valores atuais, posteriormente será elaborado um Termo Aditivo para o repasse dos  
73 valores residuais às entidades. A SMAS explicou que a Comissão de fundo participou da discussão desse  
74 critério de partilha, colocando na proteção social básica (proteção sociofamiliar) os recursos e serão  
75 destinados a 23 territórios para desenvolvimento das ações, portanto, é preciso ser discutido no CMAS e  
76 CMDCA para que estes indiquem territórios com maior vulnerabilidade com a máxima urgência, pois no  
77 edital de convocação das entidades estes deverão constar. Média Complexidade: Proposta de  
78 reordenação do Serviço de Atendimento e Abordagem a pessoas em situação de rua – CREAS I; Alta  
79 Complexidade: Proposta de estruturação de Casa de Passagem e Equipe diagnóstica para atendimento e  
80 situações que envolvem acolhimento institucional e familiar. A SMAS está construindo a proposta de  
81 como será reordenado o serviço para que permaneça recebendo o recurso e irá enviar ao CMAS e  
82 CMDCA até terça feira próxima dia 24 de agosto a proposta de trabalho que deverá ser discutida de  
83 forma ágil pelos dois conselhos. Tércia sugere que o CMDCA discuta o assunto na reunião que havia  
84 marcado anteriormente com a sociedade civil no dia 26 de agosto, ampliando este espaço para os demais  
85 conselheiros, considerando esta reunião como extraordinária. A presidente Silmeri sugere que o  
86 Conselho Tutelar faça indicativos dos bairros. Passa-se a outro ponto de pauta: **Justificativa da**  
87 **Conselheira Silvana** com relação à não apresentação do orçamento criança, informou que estava de  
88 férias, e que talvez tenha havido uma falha por falta de experiência dos funcionários que são novos no  
89 novo organograma da secretaria de educação e o ofício enviado pelo CMDCA acabou ficando sem análise.  
90 Silmeri pondera que é importante que os novos servidores da SME tenham conhecimento da importância  
91 deste conselho. Silvana ainda informa que não recebeu o e-mail da reunião extraordinária. A conselheira  
92 Marcele relembra que de fato essa apresentação já foi ponto de pauta há três meses atrás e na ocasião a  
93 Secretaria da Educação também não compareceu, sendo essa sua segunda ausência para apresentação  
94 do orçamento. A conselheira Uani pontua que não há mais tempo para essa apreciação. Conselheiro  
95 Dorival pondera que o orçamento da Educação é muito importante e que esse conselho deve ter  
96 conhecimento sobre ele. A presidente Silmeri relembra que o Tribunal de Contas não aprovará contas do



Ata da Reunião Ordinária do dia 19 de Agosto de 2010

97 município que tratem do Orçamento Criança sem a prévia aprovação deste conselho. A conselheira Mara  
98 acredita que dará tempo da SME apresentar o orçamento a tempo para aprovação. Por consenso da  
99 plenária ficou aprovado que a apresentação da SME se fará no dia 02 de setembro em reunião ordinária.  
100 Passa-se ao sexto ponto de pauta Deliberação sobre a **Comissão de Eleição do Conselho Tutelar**, Silmeri  
101 reiterou que nesta data é preciso DELIBERAR sobre os nomes que comporão de forma definitiva a  
102 Comissão de Eleição do Conselho Tutelar, informa que a comissão tem se reunido semanalmente. O  
103 Conselheiro Tutelar Eliseu sugere um membro do Conselho Tutelar que não participará da reeleição,  
104 Silmeri pondera que o assunto deve ser discutido na comissão de eleição. Foram retomados os nomes  
105 que constam na resolução 039/2010 acrescidos do nome da conselheira Silvana e do representante da  
106 Procuradoria. Adianta-se o **Relato das Comissões**: comissão resgata a questão levantada pela entidade  
107 EURO BASE em reunião do CMDCA anterior e comenta que a primeira solicitação de registro de cadastro  
108 está datada de 06 de abril de 2009, e não desde 2007 como houve declaração neste conselho por parte  
109 da instituição. A comissão de cadastro do CMDCA e a comissão de cadastro CMAS se reuniram para  
110 visitar a entidade EURO BASE dia 28 de julho, a comissão do CMDCA percebeu melhorias nos requisitos  
111 que apontam o impedimento, contudo não na totalidade, lembrando que em março de 2010 não havia  
112 planejamento pedagógico, não havia funcionárias e não havia articulação com a rede serviço, na segunda  
113 visita, em julho percebeu-se que algumas adequações foram atendidas e que o local ficou mais  
114 adequado, há também um estagiário cedido pela fundação de esportes, que realiza atividades xadrez e  
115 futebol, houve a contratação de assistente social, há um cronograma de atividades e as mães são  
116 voluntárias nas atividades de crochê. Ficaram pendentes adequações no trabalho em rede e trabalho  
117 com as famílias. Promotora Édina questiona se o registro no CMAS é condição para a concessão do  
118 registro no CMDCA. A conselheira Cirlene esclarece que a comissão de cadastro sempre se reporta às  
119 políticas afins da área de atuação da entidade que requer o registro, citando exemplo dos CEI's que  
120 dependem dos critérios da Educação para estarem em dia com o CMDCA. A presidente Silmeri pede  
121 atenção especial a esse registro, uma vez que não se trata da primeira vez que a entidade faz queixas,  
122 lembrou que é importante não haver questões pessoais que envolvam o registro, fazendo menção que é  
123 sabido que por vezes isso acontece, mas referindo ter certeza que isso não ocorre nesse conselho. A  
124 conselheira Cirlene perguntou se a presidente se referiu a alguma questão específica. Silmeri negou,  
125 apenas solicita atenção. Tércia pondera que se essa gestão entender que pode conceder o registro  
126 eliminando alguns critérios, poderão ser criados outros parâmetros disformes das políticas afins. A  
127 conselheira Ana Cláudia comenta com a plenária que é preciso de fato pensar em alguma estratégia, para  
128 que o registro no conselho seja procurado pelas entidades não somente pela utilização do FMDCA, como



Ata da Reunião Ordinária do dia 19 de Agosto de 2010

129 declarado pela própria entidade nesse conselho. Tércia se manifesta contrária a essa colocação uma vez  
130 que a falta de registro no CMDCA deixa a entidade invisível. O conselheiro Sérgio se manifesta refletindo  
131 que toda essa situação fez com que seguramente a entidade qualificasse seu trabalho e que os critérios  
132 hoje exigidos pela comissão de cadastro, devem ser respeitados bem como o parecer da comissão. O  
133 parecer da comissão é de que em 28 de agosto a entidade cumprindo um dos indicadores terá o registro  
134 do CMDCA. Apresenta também quatro CEI's que solicitaram atualização: Imaculada Conceição, Débora  
135 Dias, Irmãs de Betânia e Associação 53. A comissão diz se sentir segura para conceder o registro de  
136 atualização. A Guarda Mirim apresentou relatório de atividades dentro da qualificação profissional e da  
137 convivência socioeducativa, estando dentro dos critérios, o ILITC – Instituto Londrinense de Iniciação e  
138 trabalho com cegos e o Meprovi Pequeninos, solicitam renovação, estando a comissão de acordo. A  
139 plenária aprovou todas as orientações feitas pela comissão de cadastro. A comissão informou ainda que  
140 há duas solicitações de cadastro, sendo necessário realização de visitas e mais dois pedidos que a  
141 comissão precisa se interar de legislação para aprovar a atualização. Passa-se a ao ponto: **Fórum**  
142 **Permanente de Educação**, a Dra. Édina, antes da consideração acerca do Fórum informa de como ficou  
143 bem impressionada com a estrutura e organização dos dois CEI's, informa ainda que assumiu a  
144 Coordenação Estadual da Associação Brasileira de Promotores da Juventude. Em seguida, a promotora  
145 resgata o motivo da formação do Fórum Permanente de Educação de Londrina e lembra que ele é  
146 composto das seguintes representações: Promotoria de Justiça de Direitos e Deveres da Infância e da  
147 Juventude desta Comarca, Secretaria de Estado da Educação – Núcleo Regional de Educação de Londrina,  
148 Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social – Centros de Referência da  
149 Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS II (Projeto  
150 Murialdo) e III, Secretaria Municipal de Saúde, Conselhos Tutelares, Conselho Municipal de Direitos da  
151 Criança e do Adolescente e Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – CENSES I e II. O Fórum  
152 Permanente de Educação de Londrina foi implantado em fevereiro de 2010, com o objetivo de constituir-  
153 se em um espaço de discussão e articulação de estratégias de enfrentamento às complexas situações  
154 percebidas pelas instituições educacionais deste município. Surgiu de uma iniciativa da Promotoria de  
155 Justiça de Direitos e Deveres da Infância e da Juventude desta Comarca, em função da atuação dos  
156 representantes do Ministério Público que cotidianamente se deparam com situações que remetem aos  
157 ambientes educativos, sua organização, práticas e relação com a comunidade, sobretudo situações  
158 escolares de evasão, condições de acesso e permanência de crianças e adolescente nas instituições de  
159 ensino e o acompanhamento de adolescentes autores de atos infracionais no ambiente escolar. Mas,  
160 surgiu também, situações relativas à assistência social e à saúde, uma vez que é da articulação dessas



Ata da Reunião Ordinária do dia 19 de Agosto de 2010

161 áreas que se obtém o trabalho em rede. Convivendo com estas situações e reconhecendo a importância e  
162 a urgência de uma intervenção, o Fórum Permanente de Educação constituiu-se a partir da  
163 representação de diversos serviços apropriando-se do conceito de incompletude institucional, definida  
164 pelo SINASE como *“utilização do máximo de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas*  
165 *setoriais no atendimento aos adolescentes”* e, neste caso, às crianças inclusivamente. Esta compreensão  
166 remete à necessidade de articulação da rede de serviços no enfrentamento às complexas situações  
167 percebidas no cotidiano visando compartilhar objetivos e procedimentos, obtendo as interações  
168 necessárias com outras instâncias institucionais, construindo vínculos de interdependência e  
169 complementariedade que potencializam a intervenção junto à população atendida. OBJETIVOS DO FÓRUM  
170 PERMANENTE DE EDUCAÇÃO; Identificar situações problema enfrentadas pelas instituições escolares e seus  
171 usuários na realização do processo de ensino-aprendizagem; Articular ações em rede que favoreçam a  
172 ampliação de condições de acesso e permanência às instituições escolares; Propor intervenções que  
173 contribuam com a formação permanente dos profissionais de educação que atuam nas instituições de  
174 ensino municipais e estaduais favorecendo o enfrentamento das situações percebidas; Valorizar a  
175 atuação dos profissionais da educação, especialmente os professores e professoras; Contribuir para a  
176 articulação das políticas setoriais, especialmente as de educação, saúde e assistência social – favorecendo  
177 a completude interinstitucional; Contribuir para a superação dos índices de evasão escolar e reprovação;  
178 Favorecer a inserção de crianças e adolescentes com situação de evasão, em especial, dos adolescentes  
179 que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos; Atuar junto às comunidades  
180 com intuito de favorecer a participação no desenvolvimento da educação, contribuindo ainda para a  
181 identificação das dificuldades locais e promovendo discussões para sua superação; Ampliar e fortalecer a  
182 atuação da rede de serviços identificando seus limites e possibilidades e contribuindo para a superação  
183 de seus entraves; Promover e divulgar a atuação dos serviços contribuindo para que as instituições  
184 escolares e seus atores identifiquem possibilidades de encaminhamento e articulação de intervenções  
185 que favoreçam sua atuação; Contribuir no diagnóstico da demanda reprimida para atendimento  
186 especializado por parte das crianças e adolescentes que estão em idade escolar, bem como de seus  
187 familiares, principalmente no que diz respeito aos tratamentos de drogadição, atenção à saúde e à saúde  
188 mental subsidiando possíveis ações de responsabilização do poder executivo na garantia de acesso a  
189 estes serviços; Subsidiar os conselhos municipais e sistemas de educação quanto a formulação de  
190 políticas públicas propondo ações e a criação de serviços inexistentes no município. O Fórum coloca-se  
191 como um espaço democrático de participação da comunidade no que tange ao direito à educação e  
192 questões que se relacionam à atenção a este direito. O grupo de trabalho prevê reuniões ordinárias



Ata da Reunião Ordinária do dia 19 de Agosto de 2010

193 semanais e extraordinárias sempre que necessário, no cumprimento de pautas oriundas de demandas  
194 urgentes e/ou complexas, no trato das questões cotidianas de atenção e atendimento à educação. As  
195 situações identificadas pelos participantes e/ou apresentadas ao Fórum são discutidas, objetivando  
196 sempre contribuir para o seu equacionamento e solução através de encaminhamentos, da intervenção  
197 junto a um ou mais serviços, da articulação de ações com outras áreas e/ou da proposição de trabalhos  
198 de formação continuada e capacitação ou outra forma de mediação que se faça indicada. As ações do  
199 grupo são, portanto, construídas coletivamente podendo seus participantes apresentar propostas de  
200 ações que estarão sempre condicionadas à discussão e aprovação coletiva. A convite dos integrantes do  
201 Fórum outros profissionais podem se somar às discussões contribuindo para sua atuação e apresentando  
202 novas possibilidades de intervenção. A promotora após explanação acerca do Fórum atualiza o CMDCA  
203 das ações que vem ocorrendo informa que estão promovendo articulações com a rede local com o  
204 objetivo de se conhecer e personificar os serviços. Informa também que Lidercy (Senac/Sesc  
205 financiadora) estará fazendo uma capacitação num primeiro momento a sensibilização é para 100  
206 pessoas trabalhadoras das 10 escolas com maior indicativos de violência. O fórum propôs uma ação  
207 denominada **Debate Café da Manhã com Candidatos**, e acrescentou que o CMDCA poderá formular  
208 perguntas para os candidatos na área da criança e adolescência. A promotora ainda reflete que estão  
209 acontecendo duas situações graves na área da criança e adolescente hoje, os crimes que forem para a  
210 Vara Maria da Penha são bastante específicos e serão concentradas as medidas protetivas pelo juiz dessa  
211 Vara, contudo eles estão formalizando um pedido ao Dr. Olimpyo Sotto para designação de um promotor  
212 específico para a vara Maria da Penha, uma vez que esta já começará com três mil processos. Nanci,  
213 secretaria do conselho reforçou a importância de ações nessa perspectiva de rede, citando o exemplo do  
214 CAPS I, que devido aos altos números de crianças pré diagnosticadas com hiperatividade nas escolas e  
215 muitas vezes o pedido indiscriminado do medicamento para hiperativos a Ritalina, levou a equipe deste  
216 centro de atendimento a reunir com os diversos segmentos da região sul buscando alternativas  
217 multidisciplinares para lidar com a problemática. Conselheira Marcelle relembra as ações desenvolvidas  
218 pela Assistência Social nesse sentido, informando que historicamente a região Sul se constituiu de forma  
219 muito satisfatória e que as mesmas ações foram propostas na região leste e não surgiu o mesmo efeito.  
220 Passa-se ao relato das comissões: **Comissão de Fundo**: Apresentou-se o processo 169/10 da Instituição  
221 APMI Guarda Mirim que apresenta o projeto Padaria e Confeitaria Mirim no valor total de R\$ 26.503,00,  
222 sendo R\$ 16.923,00 para despesas referentes a custeio e R\$ 9.580,00 para despesa de investimento, o  
223 segundo projeto apresentado foi o processo 204/10 Instituição Faça uma Criança Feliz projeto  
224 Construindo Sonhos, no valor total de R\$ 27.513,90 sendo R\$ 25.215,00 para despesa de investimento e



Ata da Reunião Ordinária do dia 19 de Agosto de 2010

225 R\$ 2.298,90 para despesa de custeio. Os dois projetos foram submetidos à plenária que os aprovou; a  
226 comissão apresentou ainda, a solicitação da instituição Oficina Pestalozzi através do ofício 102/10 que  
227 pede prorrogação do prazo da vigência do convênio CV/SMGP – 0314/2009, sendo também submetido à  
228 plenária que aprovou a prorrogação. **Comissão de Divulgação:** Expôs sobre o evento dos 20 anos do ECA,  
229 mencionou que o evento contará com três dias, iniciando em uma quarta-feira à noite com abertura de  
230 palestra proferida por profissional do direito provavelmente Dr. Olympio Sotto, ou conforme sugerido  
231 pela promotora poderá ser feito uma consulta ao Dr. Antonio Carlos Gomes da Costa, no segundo dia o  
232 evento será pela manhã e a tarde, com participação do Sr. Mário Volpi e do Dr. João Batista Saraiva,  
233 ambos sujeitos à confirmação, a proposta para o terceiro dia é de um jantar com lançamento oficial da  
234 Campanha do Fundo. Segundo, a comissão o jantar ainda está sendo discutido sobre a melhor forma de  
235 efetivá-lo. A comissão aproveitou a presença do conselheiro Sérgio representante do CESOMAR e  
236 solicitou a intermediação do mesmo junto ao Colégio Marista para a concessão do Teatro Marista para  
237 sediar o evento. O conselheiro Sérgio pediu as datas e mais detalhes para realizar a intermediação. Passa-  
238 se aos **Informes:** COPERSOL convida o CMDCA a participar do evento. Entidade Amor exigente convida  
239 para o Fórum Nacional de Amor – Exigente: prevenção universal. A Associação de Estado do Paraná  
240 convida para encontro que ocorrerá em Curitiba. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada  
241 a presente reunião às 17h50min e para constar eu, Ana Cláudia Vieira Martins, lavrei a presente ata.